

Análise do nível de adesão da Global Reporting Initiative (GRI): estudo do relatório de sustentabilidade das empresas listadas no índice de sustentabilidade empresarial da b3

Analysis of the Global Reporting Initiative (GRI) membership level: study of the sustainability report of the companies listed in the b3 business sustainability index

Marcelo Rabelo Henrique¹

Joyce Souza Cirino²

Juliana Souza Cirino³

Antônio Saporito⁴

Resumo

A presente pesquisa tem como objetivo analisar o nível de adesão da Global Reporting Initiative (GRI), das empresas listadas na carteira do Índice de sustentabilidade empresarial (ISE) do ano de 2019. A metodologia utilizada é a descritiva, evidenciando quais normas foram divulgadas, com abordagem quantitativa e qualitativa, havendo comparação entre setores e empresas. As fontes de dados foram secundárias e foram coletados através dos relatórios de sustentabilidade divulgados pelas companhias, em que mediante a eles, foi possível constatar o total de normas divulgadas, por empresa e setor. Para escolha do universo da pesquisa, utilizou-se companhias integrantes da carteira do ISE B3 em 2019 e dela foram extraídas as empresas que utilizam a opção Essencial da GRI para relato do relatório. Os resultados evidenciaram que todas as empresas cumprem com a divulgação de normas obrigatórias para declaração do uso do padrão GRI. Sendo os setores que mais divulgam a série econômica, o financeiro e o de comunicações; já a série ambiental, o de materiais básicos e de bens industriais; e por último, na série social, os setores de utilidade pública e consumo cíclico. Esse resultado mostra que a maioria das empresas, preocupam-se em evidenciar informações relativas à sua atividade empresarial, de modo a dar ênfase para questões específicas de cada negócio. Dessa forma, há inúmeras informações relevantes para entendimento do impacto das companhias, ainda não sendo evidenciadas.

Palavras-chave: Sustentabilidade, Relatório de Sustentabilidade, Evidenciação, *Global Reporting Initiative* (GRI), Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE).

Abstract

This research aims to analyze the level of adherence of the Global Reporting Initiative (GRI), of companies listed in the portfolio of the Business Index (ISE) for the year 2019. The application used is a descriptive one, showing which standards were disclosed, with an approach quantitative and qualitative, with comparison between sectors and companies. The data sources were secondary and were collected through the sustainability reports published by the companies, in which it was possible to verify the total number of published standards, by company and sector. To choose the research universe, companies included in the ISE B3 portfolio in 2019 were used and were extracted from it as companies that use the GRI Essential option for reporting the report. The results showed that all companies comply with the disclosure of mandatory standards for declaring the use of the GRI standard. As the sectors that most publicize the economic, financial and communications series; the environmental series, that of basic materials and industrial goods; and finally, in the social series, the public utility and cyclical consumption sectors. This result shows that most companies are concerned with disclosing information related to their business activity, in order to emphasize the specific issues of each business. Thus, there is information relevant to the impact of societies, which has not yet been evidenced.

Keywords: Sustainability, Sustainability Report, Disclosure, *Global Reporting Initiative* (GRI), Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE).

Recebido em (*manuscript first received*): 13/11/2021

Aprovado em (*manuscript accepted*): 22/11/2022



DOI: <http://dx.doi.org/10.17648/aos.v12i1.2567>

¹Doutor em Administração de Negócios pela Escuela Superior de Economía y Administración de Empresas - ESEADE. Argentina. Professor da Escola Superior de Administração e Gestão, STRONG/ESAGS, Brasil. E-mail: marcelo@mrhenriqueconsult.com.br

²Graduada em Ciências Contábeis. Escola Superior de Administração e Gestão, STRONG/ESAGS, Brasil. E-mail: joycesouza_95@hotmail.com

³Graduada em Ciências Contábeis. Escola Superior de Administração e Gestão, STRONG/ESAGS, Brasil. E-mail: juliana.cirino@outlook.com

⁴ Doutor em Controladoria e Contabilidade pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Universidade de São Paulo - FEAUSP, Brasil. Professor da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios - EPPEN/UNIFESP. São Paulo, Brasil. E-mail: profantoniosaporito@gmail.com

1 Introdução

A Revolução Industrial foi um acontecimento que impulsionou o crescimento econômico, trazendo inúmeras inovações tecnológicas e conseqüentemente, grandes benefícios à sociedade. Em contrapartida, ela mudou a interação da sociedade com o meio ambiente, fazendo com que assuntos como a escassez de recursos naturais e a preocupação com o bem-estar das pessoas, também fossem surgindo como temas norteadores de várias pesquisas e questionamentos.

Atualmente, a extração e exploração de recursos com uma maior eficiência e certeza de possível recuperação da localidade degradada, é a solução para assegurar o bem-estar social e econômico de muitas gerações que vivem e viverão nela. Para May *et al.* (2003, p.82), o obstáculo a ser superado pela economia, é a alocação de recursos escassos, de forma a obter um maior beneficiamento social através desses recursos. Por outro lado, surge um problema econômico referente aos recursos naturais, tendo em vista que estão disponíveis em quantidades finitas.

Diante desse cenário, a sustentabilidade surgiu como um tema imprescindível para empresas que desejam se consolidar no mercado e obter sucesso, sendo necessário que estejam conscientes de seus desafios e atentas ao seu compromisso social. Para Donaire (1994, p. 69), as empresas passaram a se preocupar com questões ambientais, juntamente com o desenvolvimento de atividades nesse setor afim de alcançar essa vigente e crescente demanda de seu ambiente externo. Sendo assim, o triunfo de uma empresa não está relacionado somente a capacidade produtiva e sua participação no mercado, mas o mercado vem registrando uma crescente atuação das empresas no âmbito social e ambiental, adotando-a como boa estratégia que pode conduzir a uma melhor gestão.

Com o objetivo de atender e adotar as novas demandas de responsabilidade sustentável por parte das entidades, surgiram demonstrações que evidenciam o compromisso dela com o âmbito social, ambiental e econômico, as chamadas demonstrações de informação de natureza social e ambiental. Essa evidenciação é capaz de influenciar investidores e clientes a direcionarem recursos e consumirem produtos de entidades preocupadas com essas questões. Ribeiro (2012), afirma que a contabilidade sofre influências ambientais, sociais e econômicas, dessa forma surge a necessidade de informações gerenciais para alcançar entendimento acerca da sustentabilidade das empresas.

Atendendo também a crescente exigência de mercado em relação a ações socialmente responsáveis, surgem indicadores capazes de demonstrar o desempenho das empresas nesse campo de atuação. Em 2005, a antiga BM&FBovespa e atual B3, junto com algumas instituições, criaram um Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), a fim de constatar o aspecto da sustentabilidade corporativa. Participam as companhias interessadas e são selecionadas através das respostas de um questionário, em que atendendo os requisitos, passam a integrar a carteira do ISE B3.

O índice tem por objetivo a demonstração do retorno de uma carteira formada por ações de empresas que realmente se comprometem com a sustentabilidade empresarial, além de promover boas práticas no meio empresarial nacional. Para May *et al.* (2003, p.189), o ISE participa do contexto de diferentes setores da economia nacional, visto que tem o poder de “premiar as empresas que se preocupam em juntar desenvolvimento com ecoeficiência e responsabilidade social”.

Através desse contexto, o objetivo da pesquisa está situado na análise da demonstração de informação de natureza social e ambiental, ou seja, o relatório de sustentabilidade das companhias listadas na carteira do ISE B3, estabelecendo respostas quanto ao nível de evidenciação dessas informações.

Diante disso, a problematização que o estudo procurará responder será: Qual o nível de evidenciação dos relatórios de sustentabilidade de 2019 das empresas listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3? De forma a quantificar e analisar as informações socioambientais de empresas integrantes da carteira do ISE B3, refletidos em seu relatório de sustentabilidade.

Tem-se através do estudo, o intuito de disponibilizar referências passíveis de serem usadas para análise das informações socioambientais dessas empresas. Oportunizando assim, que diversos usuários (*stakeholders*), conheçam se as entidades estão evidenciando o necessário, juntamente com

a sua contribuição para um desenvolvimento sustentável da sociedade em sua totalidade. Oferecendo através da análise, informações de acordo com o interesse de cada usuário.

Essa pesquisa tem como objetivo Geral, analisar o nível de adesão dos padrões GRI para evidenciação no relatório de sustentabilidade de empresas listadas na carteira do ISE B3, frente aos âmbitos econômico, ambiental e social.

Os objetivos desta investigação são: contextualizar o surgimento da sustentabilidade no mercado, sua evolução e a importância atual das políticas e estratégias adotadas pelas empresas voltadas à sustentabilidade; demonstrar a importância da contabilidade ambiental, bem como a relevância para companhias que evidenciam informações sustentáveis, através do relatório adequado no padrão GRI; e evidenciar através do nível de adesão do relatório no padrão GRI, quais âmbitos sustentáveis, as empresas analisadas vêm se importando mais em demonstrar para seus *stakeholders*, através do relatório de sustentabilidade.

Segundo o Relatório do *Climate Bonds Initiative* (CBI), em 2020 a emissão de títulos de sustentabilidade teve crescimento de 131% comparado a 2019. A pesquisa evidencia que a procura por empresas com políticas e estratégias voltadas para impactos sociais e ambientais, está crescendo no mundo dos investimentos. Sob esse aspecto, a necessidade da evidenciação das ações sustentáveis das empresas e a crescente demanda por essas informações, viabilizou a pesquisa.

O estudo irá demonstrar, o nível de adesão do padrão GRI (*Global Reporting Initiative*), para evidenciação de informações sustentáveis nos relatórios de sustentabilidade e as ações que as empresas listadas na carteira do índice de sustentabilidade empresarial da B3 realizam.

Com o trabalho, esperamos contribuir para observação da importância da sustentabilidade empresarial, estudo do nível de evidenciação das companhias e a proporção das ações do âmbito econômico, social e ambiental, adotadas e evidenciadas por cada companhia em seu relatório de sustentabilidade.

2 Revisão de Literatura

2.1 Sustentabilidade e sua atuação no Ambiente Organizacional

Está em constante crescimento a ideia de que o desempenho empresarial se encontra atrelado ao meio ambiente e à sociedade, tratando a sustentabilidade sob perspectiva da gestão empresarial das organizações. Por isso é observado mudanças na atuação e objetivos das empresas, de forma a conciliar interesses e justificar ações relacionadas a sustentabilidade, evidenciando com transparência essas informações aos seus *stakeholders*. Para Tenório (2006), a sustentabilidade abrange em uma visão restrita, desde a geração de lucro pelos empresários, até a implantação de ações sustentáveis no plano de negócios, sob a ótica mais abrangente.

No começo do século XX, os objetivos das empresas estavam restritos a obtenção de lucro para seus acionistas, menciona Gomes e Moretti (2007). A mudança de perspectiva se deu a partir do julgamento do caso Dodge versus Ford, acontecimento que ocorreu em 1919 nos Estados Unidos. Nele, Ford (presidente e acionista majoritário), reverteu em 1916, uma parcela dos dividendos destinados a aumento de salários, em investimentos na capacidade de produção e fundo de reserva para redução de receitas, de modo a justificar objetivos sociais, mas indo contra os interesses dos irmãos Dodges (acionistas).

A circunstância desencadeou um julgamento, em que a Suprema corte de Michigan foi favorável aos Dodges, embasando sua conclusão na ideia de que a empresa existe para benefício de seus acionistas, predominando somente o interesse da companhia na geração de lucro. Para Ashley (2010), após essa época, a visão de que as companhias deveriam responder somente aos seus acionistas, começou a ser criticada e revisada.

O desenvolvimento sustentável começou a ter maior visibilidade no ano de 1987, por intermédio da publicação *Our Common Future* (Nosso Futuro Comum), mais conhecida como Relatório de Brundtland, por meio da Organização das nações unidas (ONU), em consonância com a

World Commission on Environment and Development (WCED), que tratava de implicações sociais de políticas públicas. No Brasil, foi na final da década de 1990, período de criação de institutos e fundações relativo a essa abordagem, tais como o Instituto de Cidadania Empresarial - ICE; Instituto Ethos; Núcleo de Ação Social - NAS; Grupo de Institutos Fundações e Empresas - GIFE; Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania (Cives); Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social - Fides, entre outros.

O grande desafio na atualidade direcionados as empresas, está na exploração e a extração de recursos da natureza com maior eficiência e garantia de que há a possibilidade de recuperação dessas áreas degradadas, de forma a garantir para muitas gerações, o bem-estar social e econômico delas. Segundo May *et al.* (2003, p.82) na economia, isso pode ser chamado de valoração econômica, ou seja, usar recursos escassos, estimando os custos sociais e incorporando os benefícios sociais decorridos da utilização desses recursos.

Nas empresas, as definições de sustentabilidade procuram resumir e integrar o conceito de viabilidade econômica com responsabilidade ecológica, juntamente com justiça social, no que pode ser chamado de *Triple Bottom Line* (TBL ou 3BL), (Almeida, 2002; Moura, 2002), sendo os as três vertentes para uma governança social responsável e possíveis de serem observadas no final da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE).

O *bottom Line* é uma metáfora que resume em uma única representação o resultado de múltiplas transações, utilizando uma única métrica e somando detrimientos (custos) e contribuições (benefícios), (Brow, Dillard & Marshall, 2006). A ideia procura passar que o desempenho de uma companhia, deve ser mensurado não somente pelo lucro evidenciado no DRE, mas adicionalmente pela sua performance social e ambiental.

A junção das vertentes do *triple bottom line*, resultam no desenvolvimento sustentável. De acordo com a definição que surgiu na Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pelas Nações Unidas, desenvolvimento sustentável surge justamente para suprir as necessidades da geração atual, de forma a dar garantia para atendimento das necessidades das futuras gerações (WWF Brasil, 2021).

Por isso, o desenvolvimento sustentável aparece como um processo imprescindível no ambiente organizacional, visando a introdução de uma visão ética e política, em que considera o desenvolvimento como um processo de mudança social, conseqüentemente maior democratização do acesso aos recursos naturais e divisão equitativa dos benefícios e custos do desenvolvimento, também sua divulgação aos *stakeholders*. (Kraemer & Tinoco, 2008).

A sustentabilidade está aparecendo com grande enfoque e crescimento nos meios de comunicação científicos, no meio empresarial, na contabilidade, entre outros. Segundo Goldberg, Goldberg e Ratliff - Miller (2008), os benefícios que as entidades podem receber em troca de investimentos socialmente responsáveis, aparecem como sendo o retorno comparável com outras opções de investimentos, a transparência e satisfação de seus *stakeholders* ao demonstrar sua responsabilidade sócio corporativa, e a sustentação da lucratividade e estratégias empresariais.

Já os desafios a serem enfrentados estão o alto consumo de tempo e custos, dificuldade de obtenção de informações objetivas e derivações de investimentos limitadas. Contudo, a alta procura pelo seu desenvolvimento, faz com que o estudo de investimentos responsáveis com a melhor abordagem para maximizar benefícios voltados aos *stakeholders*, seja cada vez mais constante (Goldberg, Goldberg & Ratliff-Miller, 2008).

2.2 Contabilidade Ambiental

A contabilidade é uma das ciências mais antigas globalmente, surgindo com o objetivo de quantificar o patrimônio da humanidade. Desde a sua criação, ela vem evoluindo junto com a economia, de modo a criar para os eventos financeiros e econômicos, novos métodos de identificação, mensuração e evidenciação.

A contabilidade tem como objetivo auxiliar as entidades com meios gerenciais para que elas possam assegurar sua continuidade. Ela estabelece o fornecimento de informações estruturadas de natureza financeira, econômica e patrimonial, direcionados aos usuários internos e externos da empresa objeto da contabilidade.

Com base nesse contexto, a contabilidade ambiental surge para estudar o patrimônio ambiental das entidades, com o objetivo de oferecer informações aos usuários, referente a identificação, mensuração e evidenciação de eventos ambientais que impactam sua situação patrimonial, sendo um mecanismo essencial para o desenvolvimento de entidades no mundo globalizado.

A contabilidade ambiental viabiliza o controle e registro da atividade empresarial, contudo, com maior foco nos efeitos dessa atividade, na qual podem ser revertidos como impactos ao meio ambiente. Através dela que as empresas realizam o *disclosure*, de forma a declarar as atividades que envolvem seu meio empresarial e suas responsabilidades, podendo trazer como benefício a conservação de sua imagem e ainda, como um auxílio para tomada de decisões presentes e futuras de grande impacto que podem surgir na sua trajetória.

Para Dalmazzone e Notte (2013), a sua importância é encontrada não somente na comunicação de seus impactos e a situação relacionadas ao meio ambiente, mas também como um instrumento operacional essencial para a elaboração de políticas empresariais e planejamento de objetivos.

A Norma Brasileira Específica de Contabilidade - NBC T 15 de 2004, trata de procedimentos para o *disclosure* de informações de natureza social e ambiental, visando como deve ocorrer e o que relatar para a boa e transparente evidenciação. Porém, ainda assim, há limitadas evidências quanto a obrigatoriedade desse tipo de informação na legislação brasileira e conseqüentemente a sua adoção é ainda considerada baixa no meio empresarial.

Segundo Clemente, Kubaski e Taffarel (2011), é por meio da contabilidade ambiental que a empresa trata de benefícios, custos e possíveis prejuízos ambientais que possam surgir em sua caminhada. Para sua evidenciação, Tinoco e Kraemer (2008), afirmam que é necessário levar em consideração três pontos: a quem é destinada a informação, qual seu propósito e até em qual extensão divulgá-la.

2.2.1 Ativo e Passivo Ambiental

De acordo com Santos (2001), os ativos ambientais são todos os bens e direitos designados e provenientes da atividade de gerenciamento ambiental. Complementando a ideia de Ribeiro (2006), que considera os ativos ambientais como todos os bens e direitos em posse pela empresa, capazes de gerar benefícios econômicos futuros e manter uma visão de preservação, recuperação e proteção ambiental.

Para Tinoco e Kraemer (2008, p. 181), os ativos ambientais são apontados como:

Os estoques dos insumos, peças, acessórios etc. Utilizadas no processo de eliminação ou redução dos níveis de poluição e de geração de resíduos; Os investimentos em máquinas, equipamentos, instalações etc. Adquiridos ou produzidos com intenção de amenizar os impactos causados ao meio ambiente; Os gastos com pesquisas, visando ao desenvolvimento de tecnologias modernas, de médio e longo prazo, desde que constituam benefícios ou ações que irão refletir nos exercícios seguintes.

Já os passivos ambientais são definidos como todos os gastos necessários para reabilitação do meio ambiente, causadas pela agressão da atividade empresarial, adicionando multas e outras penalidades decorridas dessas ações. Os passivos ambientais refletem também no patrimônio líquido, em que as ações em bolsa de valores sofrem impactos, juntamente as contingências ambientais são diminuídas.

Para Tinoco e Robles (2003), a valorização de ações na bolsa de valores está diretamente ligada a adoção do *triple bottom line* pela empresa e o seu valor de mercado, estão relacionados a diminuição dos passivos ambientais.

2.2.2 Receita, Perda, Custos e Despesas ambientais

Na contabilidade ambiental, receita, despesa, custo e a perda ambiental devem ser tratadas de forma específica. Uma receita ambiental pode ser definida, sob a ótica operacional, como todo o ganho de recursos oriundos da atividade ambiental empresarial e que está diretamente ligada à sua atividade operacional (Braga, 2007).

Para Tinoco e Kraemer (2008, p. 192), as receitas ambientais podem decorrer de:

Prestação de serviços especializados em gestão ambiental; Venda de produtos elaborados de sobras de insumos do processo produtivo; Venda de produtos reciclados; Receita de aproveitamento de gases e calor; Redução do consumo de matérias-primas; Redução do consumo de energia; Redução do consumo de água; Participação no faturamento total da empresa que se reconhece como sendo devida a sua atuação responsável com o meio ambiente.

As perdas ambientais são encontradas com gastos utilizados para cobrir eventos que ocorrem de forma imprevisível e involuntária, decorridas de acidentes e outros acontecimentos relacionados ao meio ambiente.

Na contabilidade ambiental, as despesas e custos ambientais seguem a regra padrão para sua definição na contabilidade geral. Segundo Zanluca (2021), custos e despesas ambientais podem ser definidos como gastos utilizados de forma direta ou indireta no sistema de gerenciamento ambiental de seu processo produtivo. Sendo aplicados de forma direta na produção de bens e serviços, são classificados como custos e de forma indireta, podem ser nomeados como despesas.

Os custos são originários do consumo do ativo ambiental e são utilizados para constituição dos passivos ambientais. Como exemplo pode ser apontado a depreciação de máquinas e equipamentos utilizados no controle e preservação do meio ambiente e ainda, custos encontrados no tratamento de áreas degradadas pela atividade empresarial (Ribeiro & Gratão, 2000). Já as despesas ambientais podem aparecer como gastos com tratamento de resíduos, descontaminação, auditoria ambiental, entre outros.

2.3 Relatório de sustentabilidade

O Relatório de Sustentabilidade é um instrumento utilizado para demonstrar informações de natureza sustentável das organizações, ou seja, as informações referentes aos temas ambientais, econômicos e sociais. No relatório deve conter dados quanto ao seu desempenho sustentável, de forma equilibrada e razoável, deixando transparente o seu comprometimento, em consonância com as estratégias adotadas para atingir seus objetivos nesse âmbito (Nagano *et al.*, 2014).

Para Cruz (2005), o intuito das empresas está em minimizar os impactos ambientais derivados de suas atividades operacionais e dirigir ações que ultrapassam a compensação desses impactos, de forma a agregar valor, consequentemente fazê-las mais conhecidas no mercado e atender a desejos de todos os seus *stakeholders*.

A demanda por informações de natureza sustentável é constante, tornando-se não somente complementar a outros relatórios de resultados, mas essencial para organizações que se preocupam com seu negócio, sua imagem e seus *stakeholders*.

A adoção desses relatórios, possuem serventia para fins internos, aprimorando a gestão das atividades operacionais, como também fins externos, veiculando os dados sustentáveis para clientes, que exercem progressivamente, a pressão por empresas mais preocupadas com a preservação ambiental, de como é lidado e como é seu porte frente a esse assunto (Helou, 2015).

Algumas empresas adotam seu próprio modelo para demonstração das informações sustentáveis, outras usam modelos reconhecidos com exigibilidades próprias, podendo ser nomeadas como relatório de sustentabilidade, relatório anual ou relatório integrado, mas todos com o mesmo objetivo. Um modelo bastante adotado por companhias é o da GRI, em que oferece a possibilidade de adoção de padrões globais para construção do relatório, sendo muito apreciada por investidores e considerada uma ferramenta essencial para companhias que negociam seus títulos no mercado mundial (Leite Filho; Prates & Guimarães, 2009).

2.4 Global Reporting Initiative (GRI)

A *Global Reporting Initiative* (GRI), com fundação em 1997 na cidade de Boston, Estados Unidos, tem a sua história iniciada após protestos públicos com abordagem nos danos ambientais desencadeados pelo derramamento de óleo Exxon Valdez. Ela busca promover um mecanismo chamado *Accountability*, termo utilizado para expressar a responsabilização ou a responsabilidade das empresas para com seus *stakeholders*. Sendo assim, a GRI ajuda as organizações a demonstrar de forma transparente e responsável os seus impactos, com o intuito de criação de um futuro sustentável (GRI 2021).

Atualmente, a secretaria da GRI está sediada em Amsterdã, na Holanda, possuindo uma rede de sete centros regionais localizadas no Brasil, China, Índia, Estados Unidos, África do Sul, Colômbia e Cingapura, sendo essa parceria a garantia da atuação e apoio da GRI para as empresas e partes interessadas no mundo inteiro (GRI, 2021).

O objetivo da GRI pode ser observado, através da criação de uma linguagem comum e global direcionada a organizações, no sentido de relatarmos seus impactos ambientais, econômicos e sociais. Através da disponibilização de padrões globais para relatórios de impacto, os chamados padrões GRI, eles possibilitam que empresas comuniquem às partes interessadas, a responsabilidade por seus impactos usando uma linguagem comum global.

No ano de 2000, foi criada sua primeira versão, chamada de Diretrizes da GRI (G1), fornecendo assim a sua primeira estrutura global para os relatórios de impacto. Em 2002, suas diretrizes já são atualizadas (G2), sendo necessária passar por novas atualizações em 2006 (G3) e 2013 (G4), devido à alta demanda por relatórios GRI e aumento da aceitação pelas empresas.

Os primeiros padrões GRI, foram criados em 2016, ano que foi feita a transição da distribuição de diretrizes para os primeiros padrões globais para relatórios de sustentabilidade, passando a ser chamado de *GRI Standards*.

As organizações que quiserem divulgar seu relatório de sustentabilidade nos padrões GRI, deverão escolher entre a opção essencial (mínimo de informações necessárias para entendimento da natureza da empresa, seus impactos e como eles são geridos); e a opção abrangente (conteúdo adicional, com maiores informações e maior detalhamento).

As empresas não são obrigadas a adotarem o uso dos padrões e nem a qual opção abordar em seu relatório, partindo como escolha e adequação, conforme o interesse de divulgação para cada stakeholder. Contudo, a organização escolhe aderir, torna-se obrigatório que elas relatem o que é determinado para cada opção, ou não estarão em conformidade com as normas GRI e não poderão fazer essa declaração.

Atualmente, os padrões GRI são divididos em normas e quatro séries, sendo elas, Normas Universais: GRI 101, GRI 102 e GRI 103 (séries 100); e Normas Específicas: GRI 200 (série 200), GRI 300 (série 300) e GRI 400 (série 400).

Na tabela abaixo, é possível observar a descrição do conteúdo de cada norma e apontamento quanto a sua obrigatoriedade:

Quadro 1 - Conteúdo das normas GRI e obrigatoriedade de conteúdo

NORMA	CONTEÚDO	OBRIGATORIEDADE
GRI 101 – FUNDAMENTOS	Ela Indica princípios de relato com a finalidade de definir o conteúdo e a qualidade do relatório de sustentabilidade.	A utilização dessa norma é obrigatória.
GRI 102 - CONTEÚDOS GERAIS	Utilizada para relato de informações contextuais e práticas de relato de sustentabilidade da empresa.	Alguns conteúdos dessa norma são obrigatórios, variando para cada opção: Essencial: tópicos 102-1 a 102-14; 102-16; 102-18 e 102-40 a 102-56. Abrangente: todos os tópicos são obrigatórios.
GRI 103 - FORMA DE GESTÃO	Utilizada para o relato de informações relativas ao gerenciamento da empresa frente a um tópico material.	Obrigatória para todos os tópicos materiais relatados.
GRI 200 - TÓPICOS ECONÔMICOS	Seus tópicos são materiais e a norma é utilizada no relato de informações econômicas de forma a compilar com os dados divulgados nas demonstrações financeiras das empresas.	Não obrigatória, podendo ser escolhidos tópicos de acordo com o interesse de relato da organização.
GRI 300 - TÓPICOS AMBIENTAIS	Seus tópicos são materiais e a norma é utilizada no relato de informações de assuntos pertinentes ao meio ambiente.	Não obrigatória, podendo ser escolhidos tópicos de acordo com o interesse de relato da organização.
GRI 400 - TÓPICOS SOCIAIS	Seus tópicos são materiais e a norma é utilizada no relato de informações de assuntos sociais.	Não obrigatória, podendo ser escolhidos tópicos de acordo com o interesse de relato da organização.

Fonte: Normas GRI.

2.5 Índice de sustentabilidade empresarial (ISE)

A relação entre empresas e seus investidores está baseada na transparência, de forma a ser um critério atualmente, para a efetiva aplicação de seus recursos financeiros. Seu objetivo não está mais somente em ganho de rentabilidade, mas também em escolher uma organização que evidencia sua responsabilidade e ações sustentáveis. Sendo assim, a divulgação de informações sustentáveis por meio de relatórios de sustentabilidade, torna-se necessária.

O ISE foi originado em 2005, pela B3 e um conjunto de diversas instituições: Abrapp, Anbid, Apimec, IBGC, IFC, Instituto Ethos e Ministério do Meio Ambiente. O Intuito foi elaborar um índice de ações que pudesse ser usado como referência na tomada de decisões de investimentos socialmente responsáveis e ao mesmo tempo, incentivasse as boas práticas empresariais (ISE B3, 2021).

Dessa forma, o ISE objetiva a promoção de boas práticas socioambientais para as empresas nacionais, sendo formulado a partir do conceito do *Triple Bottom Line* (Lins & Silva, 2009). Ele permite a análise comparativa da performance das empresas integrantes da B3, através da ótica da sustentabilidade corporativa, com base na eficiência econômica, governança corporativa, equilíbrio ambiental a justiça social (ISE B3, 2021).

A seleção das companhias para integrar a carteira do ISE, ocorre a partir de um questionário composto por sete dimensões, capazes de avaliar diferentes aspectos sustentáveis (ISE B3 2021), sendo aplicado para companhias que escolhem participar. Através da análise das respostas,

documentos que fundamentam as informações apresentadas e a deliberação final organizada pelo Conselho Deliberativo do ISE (CISE), tem-se a composição da carteira (ISE b3, 2021), sendo esse processo repetido anualmente.

O ISE permite que investidores preocupados em ações sustentáveis, busquem informações acerca do assunto, a fim de conciliar seus interesses. Esse perfil de investidor tem apresentado crescimento constante e a demanda por essas informações a acompanham. O índice serve como referência na indicação de ações mais seguras a longo prazo e tendem a indicar menor risco ao investimento (Lins & Silva, 2009).

3 Metodologia da Pesquisa

Segundo Silvia e Menezes (2001), é possível classificar a pesquisa da seguinte forma: quanto à natureza, forma de abordagem do problema, objetivos e procedimentos técnicos. Com base nisso, a natureza da pesquisa poderá ser considerada aplicada, já que abordará fatos, no que gerará conhecimentos práticos, ou seja, analisará o relatório de sustentabilidade divulgado pelas empresas para identificação do seu nível de evidenciação. Relativo à forma de abordagem do problema, a pesquisa poderá ser considerada quantitativa, dada a mensuração das normas divulgadas, e qualitativa, dada as análises interpretativas das normas.

Diante dos objetivos da pesquisa, poderá ser classificado como descritivo, visto que descreverá pela análise das normas, a evidenciação das informações divulgadas pelas empresas. Referente aos procedimentos técnicos, a pesquisa poderá ser considerada como documental, pois será elaborada de acordo com os dados coletados nos relatórios de sustentabilidade disponibilizados pelas empresas.

A seleção das empresas se deu a partir da carteira do ISE B3 do ano de 2019, acompanhada da disponibilidade via divulgação eletrônica dos relatórios de sustentabilidade do mesmo ano.

O estudo será realizado com as empresas da carteira do ISE, diferenciando-se por diversos setores da economia brasileira, sendo eles: financeiro; consumo cíclico; utilidade pública; materiais básicos; bens industriais e comunicações, de acordo com classificação da B3, na qual possibilitará a verificação de diferentes informações evidenciadas no RS.

Para atendimento do objetivo proposto no trabalho, as fontes de dados utilizadas foram secundárias e como instrumento de coleta foram usados os relatórios de sustentabilidade, relatórios anuais e relatórios integrados de empresas de capital aberto. O estudo propõe analisar os relatórios divulgados pelas empresas no ano de 2019 de companhias integrantes da carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3).

Inicialmente o estudo e coleta de dados dos relatórios resultou no Quadro 2, que evidencia todas as empresas listadas no ISE, carteira 2019 - 2020, somado a seu setor e a opção de adesão do modelo GRI, definindo-se assim o universo com 27 empresas.

Com a coleta e análise dos relatórios das empresas, foi verificado que a versão mais utilizada do relatório GRI é o Standard, versão Essencial, que é a atualização mais recente do relatório e a versão que abrange o mínimo de tópicos para compreensão das informações disponibilizadas nas demonstrações. Com um número ínfimo, as empresas que utilizam o relatório GRI Standard, versão Abrangente, são a Light e a Natura.

Quadro 2 - Classificação setorial e opção de adesão dos relatórios no modelo GRI de empresas listadas na carteira do ISE B3

EMPRESA	SETOR	OPÇÃO DE ADESÃO
AES Tietê	Utilidade pública	STANDARD ESSENCIAL
B2W	Consumo cíclico	
Banco do Brasil	Financeiro	
Bradesco	Financeiro	
Braskem	Materiais básicos	
CCR	Bens industriais	
Cemig	Utilidade pública	
Cielo	Financeiro	
Copel	Utilidade pública	
Duratex	Materiais básicos	
EcoRodovias	Bens industriais	
EDP	Utilidade pública	
Eletrobras	Utilidade pública	
Engie	Utilidade pública	
Fleury	Saúde	
Itaú Unibanco	Financeiro	
Itaúsa	Financeiro	
Klabin	Materiais básicos	
Lojas Americanas	Consumo cíclico	
Lojas Renner	Consumo cíclico	
MRV	Consumo cíclico	
Santander	Financeiro	
Telefônica	Comunicações	
TIM	Comunicações	
Light	Utilidade pública	STANDARD ABRANGENTE
Natura	Consumo não cíclico	G4 ESSENCIAL
Weg	Bens industriais	

Fonte: Dados de pesquisa (2021).

A empresa WEG foi a única que não adotou a atualização mais recente do relatório GRI, utilizando o relatório GRI G4, versão Essencial. Para uma melhor análise comparativa entre empresas e setores da B3, excluiu-se do estudo a empresa Fleury, devido ser a única integrante do ISE no setor de Saúde. Posto isso, a amostra vai contemplar as empresas que utilizam em seu relatório o modelo Standard GRI, versão Essencial.

4 Descrição e Análise de Resultados

4.1 Análise quantitativa

Através da análise, foi verificado que todas as empresas cumprem com os tópicos obrigatórios exigidos nas normas 102 - Conteúdos Gerais e a 103 – Forma de Gestão. Diante disso, para atender o objetivo da pesquisa, serão analisadas as normas com conteúdo específico que não são obrigatórias para a compreensão do conteúdo divulgado pelas empresas.

O quadro a seguir mostra a quantificação das normas divulgadas na série econômica, ambiental e social, por cada empresa em seu respectivo setor, demonstradas pela maior adesão e menor adesão às séries dos padrões GRI.

Quadro 3 - Quantificação das normas evidenciadas nas séries específicas pelas empresas

SETOR	EMPRESA	SÉRIE ESPECÍFICA			MAIOR ADESÃO	MENOR ADESÃO
		ECONÔMICA	AMBIENTAL	SOCIAL		
Utilidade Pública	AES Tiete	4	7	15	Social	Ambiental
	Cemig	12	29	33	Ambiental	Econômica
	Copel	13	19	29	Econômica	Ambiental
	EDP	10	25	34	Social	Econômica
	Eletrobras	6	13	23	Social	Econômica
	Engie	5	18	13	Ambiental	Econômica
Consumo Cíclico	B2W	6	6	19	Social	Ambiental
	Lojas Americanas	4	6	19	Social	Ambiental
	Lojas Renner	5	14	13	Ambiental	Econômica
	MRV	14	17	19	Econômica	Social
Financeiro	Banco do Brasil	7	14	22	Social	Econômica
	Bradesco	7	14	21	Social	Econômica
	Cielo	9	10	11	Econômica	Social
	Itaú Unibanco	11	13	19	Econômica	Ambiental
	Itausa	3	0	7	Econômica/ Social	Ambiental
	Santander	7	10	11	Econômica	Social
Materiais Básicos	Braskem	10	23	28	Ambiental	Econômica
	Duratex	6	15	18	Ambiental	Econômica
	Klabin	12	26	24	Ambiental	Social
Bens Industriais	CCR	5	14	12	Ambiental	Econômica
	Eco Rodovias	5	15	4	Ambiental	Social
Comunicações	Telefônica	6	11	11	Econômica	Social
	Tim	10	16	16	Econômica	Social
Total		17	32	40		

Fonte: Dados de pesquisa (2021).

O Quadro 3 demonstra a diversificação de informações apresentadas em cada relato, referentes as séries econômica, ambiental e social. A seguir, foram destacadas as empresas de cada setor com a maior e menor adesão às normas apresentadas nos relatórios de sustentabilidade, comparando o número de normas evidenciadas com o total de normas de cada série.

4.1.1 Utilidade Pública

No setor de Utilidade Pública foi possível verificar que a AES Tietê, foi a empresa que menos divulgou informações acerca da série econômica e ambiental, sendo elas 4/17 e 7/32, respectivamente. Enquanto na série social, a empresa que menos divulgou suas normas foi a Engie, com 13/40. A AES Tiete e a Engie possuem maior adesão às séries social e ambiental, respectivamente.

As empresas com maior adesão do setor, relativo à série econômica, foi a Copel, com 13/17 normas, da série ambiental foi a Cemig, com 29/32 e da série social, a EDP, com 34/40 normas. A Cemig e a EDP possuem menor adesão à série econômica, enquanto a Copel à série ambiental.

4.1.2 Consumo Cíclico

No setor de Consumo Cíclico, referente a série econômica, a Lojas Americanas apresentou apenas 4 das 17 normas da série, sendo a empresa do setor que menos divulgou suas normas. Na série ambiental, a B2W e a Lojas Americanas apresentaram o mesmo número de normas, sendo elas 6/32. Na série social a Lojas Renner apresentou 13/40 normas. A B2W e a Lojas Americanas apresentaram maior adesão à série social e a Lojas Renner à série ambiental.

Referente as maiores adesões das séries, na econômica e na ambiental, a MRV apresentou 14 das 17 normas e 17 das 32 normas, respectivamente, sendo assim a empresa do setor que mais divulgou informações dessas séries. Referente a série social, a B2W, a Lojas Americanas e a MRV divulgaram a mesma quantidade de normas, sendo elas 19/40. A MRV possui menor adesão à série social, enquanto a B2W e Lojas Americanas, à ambiental.

4.1.3 Financeiro

A Itaúsa apresentou o menor número de normas em todas as séries específicas, sendo apresentado por 3/17 na série econômica, 0/32 na série ambiental e 7/40 na social das normas. Sendo assim, apresentou maior adesão às séries econômica e social igualmente.

Relativo a maior adesão do setor, o Itaú Unibanco foi a empresa que apresentou maior adesão à série econômica, com 11/17 normas, o Banco do Brasil e Bradesco à série ambiental, com 14/32 normas e apenas o Banco do Brasil à série social, com 22/40. O Itaú Unibanco, apresentou menor adesão a série ambiental, enquanto o Banco do Brasil e Bradesco à série econômica.

4.1.4 Materiais Básicos

No setor de Materiais Básicos, a Duratex apresentou o menor número de normas divulgadas em todas as séries, sendo elas 6/17, 15/32 e 18/40, respectivamente. A Duratex apresenta maior adesão à série ambiental.

Na série econômica e na série ambiental, a Klabin apresentou a maior adesão com 12/17 e 26/32, respectivamente. Na série social a Braskem apresentou a maior adesão, com 28/40 normas. A Braskem e a Klabin possuem menor adesão às séries econômica e social, respectivamente.

4.1.5 Bens Industriais

Na série econômica, a CCR e a EcoRodovias, apresentaram o mesmo número de normas divulgadas, sendo elas 5/17. A CCR e a EcoRodovias apresentam números bem próximos na série ambiental, sendo elas, 14/32 e 15/32 de normas, respectivamente. A Eco Rodovias é a empresa com menor adesão à série social, com 4/40 e a CCR com maior adesão, sendo 12/40. Ambas possuem maior adesão à série ambiental e menor adesão às séries econômica e social, pela CCR e EcoRodovias, respectivamente.

4.1.6 Comunicações

A Telefônica apresentou menor adesão em todas as séries específicas. Na econômica apresentou 6/17, na ambiental 11/32 e na social 11/40.

A Tim apresentou o maior número em todas as séries, sendo na série econômica 10/17, na série ambiental 16/32 e na série social 16/40. Ambas as empresas têm maior adesão à série econômica e menor adesão à série social.

Quadro 4 – Adesão às séries por setor

SETOR	MAIOR ADESÃO		MENOR ADESÃO	
Utilidade Pública	Social	Econômica	Econômica	50/102
Consumo Cíclico	Social	Ambiental	Ambiental	43/128
Financeiro	Econômica	Ambiental	Ambiental	61/192
Materiais Básicos	Ambiental	Econômica	Econômica	28/51
Bens Industriais	Ambiental	Social	Social	16/80
Comunicações	Econômica	Social	Social	27/80

Fonte: Dados de pesquisa (2021).

Por meio da adesão às séries por cada empresa, foi possível comparar a maior e menor adesão por cada setor estudado.

Os setores de Utilidade Pública e de Consumo Cíclico tem maior adesão à série social e menor adesão às séries econômica e ambiental, respectivamente.

O setor Financeiro e de Comunicações tem maior adesão a série econômica e menor adesão às séries ambiental e social, respectivamente.

O setor de Materiais Básicos e Bens Industriais tem maior adesão à série ambiental e menor adesão às séries econômica e social, respectivamente.

5 Conclusão

Essa pesquisa objetivou analisar a evidenciação de informações de natureza social e ambiental, refletidas do relatório de sustentabilidade e verificar o nível de adesão dos padrões GRI das empresas listadas na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3.

Os dados para análise, foram encontrados nos relatórios de sustentabilidade das companhias, com o auxílio dos padrões GRI. O estudo quantificou a adesão dos tópicos abordados no GRI para cada empresa integrante do ISE, de modo a indicar após a classificação setorial das companhias, qual

o nível de adesão de cada empresa e setor. A pesquisa contemplou um universo de 27 empresas integrantes do ISE no ano de 2019, sendo utilizadas como amostra 23 empresas, devido a escolha de organizações que aderem a opção Essencial para relato do relatório de sustentabilidade, acompanhado de uma possível comparação entre setores.

Iniciou-se o processo de análise de dados a partir da coleta dos relatórios nos sites oficiais das companhias, maiormente apresentados como relatórios de sustentabilidade, mas também encontrados como relatórios anuais e relatórios integrados. Em seguida, foi verificado que a opção de relato a partir da GRI, com maior adoção foi a Essencial, sendo escolhida para nortear a pesquisa.

Foi verificado que todas as companhias estudadas cumprem com a divulgação das normas obrigatórias para declaração do uso dos Padrões GRI. Com base nos dados levantados, foi possível verificar, entre todos os setores, que a AES Tietê e Lojas Americanas, dos setores de Utilidade Pública e Consumo Cíclico respectivamente, divulgam 4 normas, sendo assim as empresas que menos divulgaram normas acerca da série econômica, e a empresa que mais divulgou, foi a MRV do setor de Consumo Cíclico, com 14 normas.

O setor de Utilidade Pública apresentou maior adesão a série social, com 147 normas sendo o total de 240 normas, ou seja, adesão de 61%. Referente aos tópicos, podemos destacar o tópico sobre não discriminação e o de comunidades locais, em que as empresas do setor divulgam todas as normas. Dentre os tópicos com menor percentual de adesão do setor, estão o de Direitos de Povos Indígenas, que foi apresentado apenas no RS da EDP e Eletrobras, e de Saúde e Segurança do Consumidor e Marketing e Rotulagem, que foram apresentados somente no RS da Cemig e EDP.

O setor de Consumo Cíclico apresentou uma adesão muito próxima entre as séries ambientais e sociais, contudo maior sobre a série social, sendo 70/160 normas, ou seja, 44% de adesão. As normas com maior adesão são referentes aos tópicos sobre Liberdade Sindical e Negociação Coletiva, sobre Trabalho Forçado ou Análogo ao Escravo e sobre Políticas Públicas, em que todas as empresas divulgaram a totalidade de normas. Nenhuma das empresas do setor divulgam informações acerca dos tópicos de Práticas de Segurança e de Trabalho Forçado ou Análogo ao Escravo.

No setor financeiro, a maior adesão foi na série econômica, sendo 44 normas de um total de 102, isto é, 43%. O tópico com maior destaque foi o de Combate a Corrupção, apresentado pelo Banco do Brasil e Cielo por todas as normas do tópico, apresentado por 2/3 das normas pelo Bradesco e Santander e, 1/3 das normas pelo Itaú Unibanco. A Itaúsa não divulgou nenhuma das normas. O tópico referente a Presença no Mercado, foi apresentado apenas por 1 das 2 normas do tópico pelo Banco do Brasil, sendo assim o tópico menos divulgado do setor.

O setor de Materiais Básicos teve uma maior adesão à série ambiental, sendo 64/96 normas, isto é, 67%. O tópico em destaque do setor, foi referente a Conformidade Ambiental, sendo aderido por todas as empresas. Os tópicos referentes as informações de Resíduos e de Energia, foram as mais baixas de adesão. O primeiro tópico foi apresentado por 4/5 das normas pela Klabin, 3/5 das normas pela Braskem e 1 norma pela Duratex. O segundo através de 3/5 das normas pela Duratex e Klabin e 2/5 das normas pela Braskem.

O setor de Bens Industriais apresentou maior adesão à série ambiental, com 29 de 64 normas, ou seja, 45%. O tópico que se destacou foi o de Emissões, com 9/14 normas divulgadas, sendo 5/7 pela EcoRodovias e 4/7 pela CCR. Os tópicos de Biodiversidade e de Avaliação Ambiental de Fornecedores, foram menos divulgados pelas empresas, sendo o primeiro por 2/5 e 1/4 das normas, pela EcoRodovias e a CCR respectivamente e, no segundo, 1/2 das normas apresentadas apenas pela EcoRodovias.

Para o setor de comunicações, foi verificado a maior adesão pela série econômica, apresentando 16/34, isto é, 47,06%. O tópico que se destacou foi o de Impactos Econômicos Indiretos e o de Práticas de compra, em que foram preenchidas todas as normas pelas duas empresas participantes do setor, Tim e Telefônica. Já os tópicos com destaque para menor divulgação, foi o de Presença no Mercado e Tributos, não sendo divulgado nenhuma norma por nenhuma das companhias.

Com o estudo, foi possível concluir que a maioria das empresas divulgam as informações sustentáveis, de acordo com a sua atividade empresarial, dando ênfase em assuntos relacionadas ao

seu negócio. A análise possibilitou a conclusão de um resultado positivo, porém com a identificação de que ainda há ausência de informações relevantes para a sociedade. A evidenciação de informações sustentáveis, tem-se mostrado imprescindível para qualquer empresa, visto que a importância e demanda por esse esclarecimento, manifesta-se com um crescimento constante.

Dessarte, o estudo permite identificar qual empresa e em qual setor, esse tipo de informação é mais difundida, apontando informações importantes para conscientização de *stakeholders*, em que se torna uma ferramenta essencial para empresas, exercendo uma pressão para maiores práticas sustentáveis no mercado de ações.

Como limitação da pesquisa, aponta-se o número reduzido da amostra, na qual impossibilita uma maior análise com resultados mais representativos. Diante do exposto, recomenda-se para futuros estudos, a análise com companhias não integrantes da carteira do ISE B3, de forma a viabilizar um estudo comparativo entre as amostras, com maior alcance e profundidade. Adicionalmente, sugere-se a análise comparativa com empresas internacionais, visto que apresentam características distintas relacionadas a evidenciação de informações sustentáveis.

Referências

- Aes Tietê Energia. (2019). *Relatório de Sustentabilidade 2019*. Recuperado de: <<https://www.aesbrasil.com.br/pt-br/recursos-de-sustentabilidade>>.
- Almeida, F. (2002). *O bom negócio da sustentabilidade*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Ashley, P. A. (Coord.). (2010). *Ética e responsabilidade social nos negócios*. São Paulo: Saraiva.
- Athar Neto, J. M. A. (2006). Modelo para análise do Balanço Social: O caso Azaléia. *Revista Contemporânea de Economia e Gestão*, Fortaleza, v. 4, n. 2, p. 51-62.
- B2W Companhia Digital. (2019). *Relatório Anual 2019*. Recuperado de: <<https://ri.b2w.digital/informacoes-aos-investidores/relatorios-anuais?ano=2019>>.
- Banco Bradesco. (2020). *Relatório Integrado 2019*. Recuperado de: <<https://www.bradesco.com.br/o-bradesco/relatorio-integrado/>>.
- Banco do Brasil. (2019). *Relatório Anual 2019*. Recuperado de: <<https://ri.bb.com.br/governanca-e-sustentabilidade/sustentabilidade/>>.
- Bolzani, I. (2020). *Emissão de títulos voltados para ESG no mundo devem alcançar US\$ 350 bilhões em 2020*. Folha de S. Paulo. Recuperado de: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/08/emissoes-de-titulos-voltados-para-esg-no-mundo-devem-alcancar-us-350-bilhoes-em-2020.shtml>>.
- Braga, C. (2007). *Contabilidade Ambiental: ferramenta para a gestão da sustentabilidade*. São Paulo: Atlas.
- Braskem. (2019). *Relatório Anual 2019*. Recuperado de: <<https://www.braskem.com.br/relatorioanual>>.
- Brow, D.; Dillard, J. & Marshall, R. S. (2006). *Triple Bottom Line: a business metaphor for a social construct*. Documents de Treball num. 6/2.

- CCR. (2019). *Relatório Anual e de Sustentabilidade 2019*. Recuperado de: <<http://ri.ccr.com.br/informacoes-aos-acionistas/relatorios-anuais-e-sustentabilidade/>>.
- Cemig. (2019). *Relatório Anual de Sustentabilidade 2019*. Recuperado de: <<https://www.cemig.com.br/relatorios/sustentabilidade/>>.
- Chiappini, G. (2021). *Emissão de títulos sustentáveis alcança recorde de US\$ 700 bilhões em 2020*. EPBR. Recuperado de: <<https://epbr.com.br/emissao-de-titulos-sustentaveis-alcanca-recorde-de-us-700-bilhoes>>.
- Cielo. (2019). *Relatório de Sustentabilidade 2019*. Recuperado de: <<https://cielosustentabilidade.com.br/downloads/>>.
- Clemente, A.; Kubaski, D. & Taffarel, M. (2011). Contabilidade Ambiental: uma análise na indústria de papel e celulose do Estado do Paraná. In: *Congresso Brasileiro de Custos, 18., 2011, Rio de Janeiro. Anais*. São Paulo: CBC, 2011.
- Copel. (2019). *Relato Integrado 2019*. Recuperado de: <https://ri.copel.com/publicacoes-e-documentos/relatorios-anuais-e-socioambientais/>.
- Cruz, P. R. (2005). *Responsabilidade social e imagem empresarial: o discurso da U&M Mineração e Construção S/A*. Juiz de Fora: UFJF; Facom. f. 114. Projeto Experimental do Curso de Comunicação Social / Jornalismo.
- Dalmazzone, S. & La Notte, A. (2013). *Multi-scale environmental accounting: Methodological lessons from the application of NAMEA at sub-national levels*. Journal of environmental management, v.130, p. 405-416.
- Donaire, D. (1994). Considerações sobre a influência da variável ambiental na empresa. *Revista de administração de empresas*. São Paulo, v.34, n.2, p. 68 – 77, mar./ abr.
- Duratex. (2019). *Relato Integrado 2019*. Recuperado de: <<https://www.duratex.com.br/sustentabilidade/relatorio-anual-e-de-sustentabilidade>>.
- Ecorodovias. (2019). *Relatório de Sustentabilidade 2019*. Recuperado de: <<https://www.ecorodovias.com.br/sustentabilidade/relatorio-anual>>.
- EDP. (2019). *Relatório Anual de Sustentabilidade 2019*. Recuperado de: <<https://ri.edp.com.br/pt-br/informacoes-financeiras/relatorios-anuais/>>.
- Eletrobras. (2019). *Relatório Anual 2019*. Recuperado de: <<https://eletrobras.com/pt/paginas/relatorio-anual.aspx>>.
- Engie. (2019). *Relatório de Sustentabilidade 2019*. Recuperado de: <<https://www.engie.com.br/investidores/informacoes-financeiras/?highlight=relat%C3%B3rio%20de%20sustentabilidade%202019>>.
- Faria, A. C. de & Nogueira, E. P. (2011). Sustentabilidade em instituições financeiras no Brasil: uma análise sob a ótica da Global Reporting Initiative - GRI. In: *XXXV Encontro da Anpad*. Rio de Janeiro.

- Fleury. (2019). *Relatório Anual de Sustentabilidade 2019*. Recuperado de: <https://ri.fleury.com.br/fleury/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=44526>.
- Freitas, D. P. da S. F. (2012). Contabilidade ambiental: um estudo bibliométrico em revistas científicas brasileiras. *Revista Ambiente Contábil*. UFRN-Natal-RN. v. 4. n. 1, p.72-88, jan./jun.
- Goldberg, Jennifer S.; Goldberg, Stephen R. & Ratliff-Miller, Paulette. (2008). Investing in Socially Responsible Companies. *The Journal of Corporate Accounting and Finance* - p. 53-58, nov./dec.
- Gomes, A. R., Moretti, S. (2007). *A responsabilidade e o social*. São Paulo: Saraiva.
- GRI. (2019). *Sobre GRI*. Recuperado de: <<https://www.globalreporting.org/about-gri/>>.
- GRI. (2019). *Missão e história*. Recuperado de: <<https://www.globalreporting.org/about-gri/mission-history/>>.
- GRI. *Padrões GRI por idioma*. Recuperado de: <<https://www.globalreporting.org/standards/download-the-standards/>>.
- Helou, M. M. (2015). *Análise do uso do modelo Global Reporting Initiative para elaboração de Relatórios de Sustentabilidade: um estudo em empresas do setor alimentício ao redor do mundo*. Projeto de pesquisa (Graduação em Administração) - FGV. São Paulo, p. 29.
- ISE B3. (2021). *O que é o ISE B3*. Recuperado de: <<http://iseb3.com.br/o-que-e-o-ise>>.
- ISE B3. (2019). *Processo de seleção*. Recuperado de: <<http://iseb3.com.br/processo-de-selecao>>.
- Itaú Unibanco. (2019). *Informações Adicionais ASG*. Recuperado de: <<https://www.itaubanco.com.br/relacoes-com-investidores/relatorio-anual/2019/>>.
- Itaúsa. (2019). *Relato Integrado 2019*. Recuperado de: <<https://www.itausa.com.br/Relato-Integrado-e-Relatorios-Anuais>>.
- Klablin. (2019). *Relatório de Sustentabilidade 2019*. Recuperado de: <<https://klabin.com.br/sala-de-noticias/press-release/tag/relatorio-de-sustentabilidade/>>.
- Kraemer, M. E. P. & Tinoco, J. E. P. (2008). *Contabilidade e gestão ambiental*. São Paulo: Atlas.
- Leite Filho, G. A.; Prates, L. A. & Guimarães T. N. (2009). Níveis de Evidenciação dos Relatórios de Sustentabilidade das Empresas Brasileiras A+ do Global Reporting Initiative (GRI) no Ano de 2007. In: *Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração. XXXIII EnANPAD. Anais Eletrônicos...* Rio de Janeiro: ANPAD. Recuperado de: www.anpad.org.br.
- Light. (2019). *Relatório Anual 2019*. Recuperado de: <<http://ri.light.com.br/sustentabilidade/relatorios/>>.
- Lins, L. S. & Silva, R. N. S. (2009). Responsabilidade socioambiental ou greenwash: uma avaliação com base nos relatórios de sustentabilidade ambiental. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, v. 4, n. 1.

- Lojas Renner. (2019). *Relatório Anual 2019*. Recuperado de: <https://lojasrenner.mzweb.com.br/a-companhia/relatorio-anual/>.
- Lojas Americanas. (2019). *Relatório Anual 2019*. Recuperado de: <https://ri.lasa.com.br/informacoes-financeiras/relatorios-anuais-trimestrais/4t19-divulgacao-de-resultados>.
- Madalena, J. D. *et al.* (2016). Estudo dos Relatórios de Sustentabilidade GRI de Empresas Brasileiras. *Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental - REGET/UFMS*, Santa Maria, v.20, n. 1, p. 566-579, jan. - abr.
- May, P. H.; Lustosa, M. C. & Vinha, V. da. (2003). *Economia do meio ambiente: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
- Melo, D. V. *et al.* (2014). Contabilidade e custos ambientais: um mapeamento das produções científicas em periódicos e eventos nacionais. *Revista Ambiente Contábil*, v.6. n.1, p. 236-252, jan./jun.
- Melo, E. C. de; Almeida, F. M. de & Santana, G. A. da S. (2012). Índice se sustentabilidade empresarial (ISE) e desempenho financeiro das empresas do setor de papel e celulose. *Revista de contabilidade e controladoria*. Curitiba, v.4, p. 95-112, set./dez.
- Moura, L. G. V. (2002). *Indicadores para a avaliação da sustentabilidade em sistemas de produção da agricultura familiar: o caso dos fumicultores de Agudo*. (Dissertação de Mestrado). Desenvolvimento Rural. UFRGS.
- MRV. (2019). *Relatório de Sustentabilidade 2019*. Recuperado de: <https://www.mrv.com.br/sustentabilidade/pt/relatorio-de-sustentabilidade>.
- Nagano, R. T., Kassai, J. R., Kussaba, C. T. & Carvalho, L. N. G. (2014). A Evolução dos relatórios de sustentabilidade e a necessidade da Obrigatoriedade de sua asseguaração por terceiros. *Anais do II Simpósio Internacional de Gestão de Projetos e I Simpósio Internacional de Inovação e Sustentabilidade*, São Paulo, SP, Brasil, 2014.
- Natura. (2019). *Relatório Anual 2019*. Recuperado de: <https://www.natura.com.br/relatorio-anual>.
- Conselho Federal de Contabilidade (CFC). (2004). *NBC T 15 - Informações de Natureza Social e Ambiental*. Recuperado de: https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2004/001003&arquivo=Res_1003.doc.
- Ribeiro, M. de S. (2006). *Contabilidade ambiental*. São Paulo: Saraiva, 2006.
- Ribeiro, M. de S. & Gratão, A. D. (2020). Custos ambientais: o caso das empresas distribuidoras de combustíveis. In: *Congresso Brasileiro de Custos. Anais do VII Congresso Brasileiro de Custos*. Recife: PE, p. 23-39.
- Ribeiro, M. de S. (2012). Uma reflexão sobre as oportunidades para a contabilidade ambiental. *Revista de contabilidade do mestrado em ciências contábeis da UERJ*. Rio de Janeiro, v.17. ed. Especial, p. 4-17, out.

- Santander. (2019). *Caderno de Indicadores 2019*. Recuperado de: <https://www.santander.com.br/sustentabilidade/central-de-resultados>.
- Santos, A. de O.; Silva, F. B. da; Souza, S. de & Sousa, M. F. R. (2001). Contabilidade Ambiental: um Estudo sobre sua Aplicabilidade em Empresas Brasileiras. *Revista Contabilidade & Finanças*. vol. 16, ed. 27, São Paulo: USP. p. 89-99, set/dez.
- Schneider, F. L. (2019). *Sustentabilidade e Contabilidade Ambiental: um estudo sobre a divulgações de informações ambientais nas demonstrações financeiras das companhias Vale S.A. e Pretróleo Brasileiro S.A.* (Monografia) Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul-RGS.
- Silva, E. L. & Menezes, E. M. (2001). *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. Florianópolis: UFSC/PPGEP/LED.
- Souza, M. A. & Pimentel, R. M. (2014). Análise de Desempenho Econômico e Social: estudo do Balanço Social de Empresas Brasileiras. *Revista de Informação Contábil*. Vol. 8, no 3, p. 87-105, jul./dez.
- Telefônica. (2019). *Relatório de Sustentabilidade 2019*. Recuperado de: <https://www.telefonica.com.br/servlet/Satellite?c=Page&cid=1386090999186&pagename=InstitucionalVivo/Page/TemplateRelatorioSustentabilidade>.
- Tenório, F. G. (Coord). (2006). *Responsabilidade social empresarial*. Rio de Janeiro: FGV.
- Tim. (2019). *Relatório de Sustentabilidade 2019*. Recuperado de: <https://www.tim.com.br/sp/sobre-a-tim/sustentabilidade/relatorio-esg>.
- Tinoco, J. E. P. & Kraemer, M. E. P. (2004). *Contabilidade e gestão ambiental*. São Paulo: Atlas.
- Tinoco, J. E. P.; Kraemer, M. E. P. (2008). *Contabilidade e gestão ambiental*. São Paulo: Atlas.
- Tinoco, J. E. P. & Robles, L. T. (2003). Contribuição ao desenvolvimento da contabilidade ambiental da gestão ambiental como elemento de transparência das questões ambientais: estudo de caso de quatro empresas brasileiras com atuação global. *Revista de Administração Pública - RAP*. Rio de Janeiro, v. 111, n. 10, p.13-25.
- Weg. (2019). *Relatório Anual Integrado 2019*. Recuperado de: <https://www.weg.net/institucional/BR/pt/sustainability>.
- Wwf Brasil. (2019). *Da teoria à prática*. Recuperado de: https://www.wwf.org.br/participe/porque_participar/sustentabilidade/.
- Zanluca, J. C. (2021). *Contabilidade ambiental*. 2021. Recuperado de: <http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/contabilidadeambiental.htm>.

Dados dos autores:

Marcelo Rabelo Henrique

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-5940-4267>

Doutor em Administração de Negócios pela Escuela Superior de Economía y Administración de Empresas - ESEADE. Argentina. Professor da Escola Superior de Administração e Gestão, STRONG/ESAGS, Brasil. E-mail: marcelo@mrhenriqueconsult.com.br

Joyce Souza Cirino

Graduada em Ciências Contábeis. Escola Superior de Administração e Gestão, STRONG/ESAGS, Brasil E-mail: joycesouza_95@hotmail.com

Juliana Souza Cirino

Graduada em Ciências Contábeis. Escola Superior de Administração e Gestão, STRONG/ESAGS, Brasil. E-mail: juliana.cirino@outlook.com

Antônio Saporito

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-5625-4590>

Doutor em Controladoria e Contabilidade pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Universidade de São Paulo - FEAUSP, Brasil. Professor da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios - EPPEN/UNIFESP. São Paulo, Brasil. E-mail: profantoniosaporito@gmail.com

Como citar este artigo:

Henrique, M. R.; Cirino, J. S.; Cirino, J. S. & Saporito, A. Análise do nível de adesão da Global Reporting Initiative (GRI): estudo do relatório de sustentabilidade das empresas listadas no índice de sustentabilidade empresarial da b3. *AOS - Amazônia, Organizações e Sustentabilidade*, 12(1). <http://dx.doi.org/10.17648/aos.v12i1.2567>